**A FACE DO GOVERNANTE OPRESSOR: CARACTERIZAÇÕES IRÔNICAS DOS REIS ESTRANGEIROS EM DANIEL E ESTER**

**Kenny EBINGER[[1]](#footnote-1)**

**Luciano SILVA[[2]](#footnote-2)**

**Resumo:** Esse artigo se propõe a investigar a maneira pela qual Nabucodonosor e Assuero são caracterizados na narrativa dos livros de Daniel e Ester. Para isso, ele parte de uma perspectiva literária da narrativa bíblica e procura caracterizar os personagens por meio do seu discurso, ação, ponto de vista, destino e situações que enfrenta. O trabalho assume que a ironia cumpre um papel fundamental nas caracterizações de reis opressores e sintetiza as principais ironias encontradas em cada personagem. O trabalho conclui que caricaturar o opressor com ironia e comicidade é um ato de resistência.

**Palavras-chave:** Análise literária; caracterização; ironia; narrativa bíblica; opressão.

**Abstract:** This article aims to investigate the way in which Nebuchadnezzar and Ahasuerus are characterized in the narrative of the books of Daniel and Esther. For this, it departs from a literary perspective of the biblical narrative, intending to characterize the characters through their, discourse, action, point of view, destiny and the situations they face. The work assumes that irony plays a key role in characterizing oppressive kings as it synthesizes the main ironies found in each character. The paper concludes that caricaturing the oppressor with irony and comedy is an act of resistance.

**Keywords:** Literary analysis; characterization; irony; biblical narrative; oppression

**Introdução**

O presente trabalho está de acordo com a percepção de Lima sobre a necessidade de que “a abordagem literária da Bíblia, com todas as suas virtudes, possa conquistar mais espaço e contribuir mais ativamente com a pesquisa bíblica nacional” (LIMA, 2015, p. 167). Essa abordagem, como pontua Alter (2007, p. 28-29), leva em consideração “às numerosas modalidades de exame do uso engenhoso da linguagem, das variações no jogo de ideias, das convenções, dicções e sonoridades, do repertório de imagens, da sintaxe, dos pontos de vista narrativos, das unidades de composição e de muito mais” (ALTER, 2007, p. 28-29).

Esse repertório de recursos é utilizado pelo autor bíblico ao construir seus personagens. Tanto que Bar-efrat (1989) nos lembra que no processo de caracterização de algum personagem as informações mais importantes para o leitor são fornecidas pela própria narrativa. Um dos traços reconhecidos na literatura bíblica é a economia de descrições diretas dos personagens bem como do cenário (BAR-EFRAT, 1989; BERLIN, 1983; STERNBERG, 1985). Assim, o caráter de um personagem pode ser identificado, basicamente, através do seu ponto de vista expresso em suas atitudes e discursos, e também em seu destino, nas situações em que o narrador o insere (BAR-EFRAT, 1989).

Por vezes, a apresentação dos personagens se dá em termos cômicos. Seja através de alguma declaração, situação irônica, ou sátira e sarcasmo, entre outros. Embora haja na Bíblia Hebraica diferentes identificações do humor, nos restringimos aqui à comicidade relacionada à ironia. Esta, por sua vez, identificada aqui pela presença de um ‘orador’ ou um ‘protagonista’ que sabe menos do que a leitor, e pela incongruência entre aquilo que se espera e o que realmente acontece na narrativa.

Carolyn Sharp, em seu livro *Irony and Meaning in The Hebrew Bible* (2008), identifica a ironia como sendo fundamental para se analisar a corte estrangeira, pontuando que as descrições irônicas dos governantes estrangeiros nos livros de Ester e Daniel são uma forma de satirizar seu sistema perigoso de poder.

Assim, buscaremos analisar a forma como Nabucodonosor e Assuero, os monarcas nos livros de Daniel e Ester, são caracterizados. Os dois personagens representam autoridades estrangeiras das nações que oprimem o povo de Israel – Babilônia e Pérsia, respectivamente. Mais especificamente, pretendemos destacar como e, ao final, em que sentido o recurso literário da ironia é utilizada na caracterização da corte estrangeira nessas ‘novelas da Diáspora’. cf. SHARP, 2008; HUMPHREYS, 1973; MILLS, 2006).

**1 A Caracterização do rei Babilônico: Nabucodonosor**

**O Rei que não sabe**

O primeiro capítulo é crucial para estabelecer a referência sobre quem Nabucodonosor é, e no segundo verso há uma incongruência no ponto de vista revela a primeira ironia do livro: Na disputa entre Israel e Babilônia, quem sai vitorioso? A resposta simples seria Nabucodonosor, mas o *narrador* deixa explícito que é o Senhor que entregou Jeoaquim nas mãos do rei babilônico. Para Nabucodonosor cena representa uma conquista e é motivo de orgulho graças a sua desinformação, pois, como o leitor sabe, não há nenhum mérito em sua vitória (FEWELL, 1991).

Outra ironia pode ser encontrada no clímax da narrativa do primeiro capítulo, quando Nabucodonosor vai reúne os meninos para testá-los, o narrador afirma “E em cada *palavra* de *sabedoria* e conselho que o rei *inquiriu* deles, percebia serem *dez* *vezes* mais sábios do que todos os magos e encantadores de todo o seu reino” (Dan 1:20b[[3]](#footnote-3), *grifo nosso*)[[4]](#footnote-4). Esse trecho, apresenta cinco vocábulos que sintetizam numa espécie de eco situações anteriores específicas: *palavra* (דָּבָ֣ר); *inquirir* (בִּקֵּ֥שׁ); *dez* (עֶשֶׂר); *mão* (aqui no sentido de quantidade: *vezes*) (יָד); e *sabedoria* (חָכְמָה). Repetindo essas palavras, o narrador ironiza a ordem “cumprida” do rei.

A provocação está no fato de que Nabucodonosor usa, sem saber, palavras associadas à desobediência de Daniel e as ações Divina que ele desconhece: Deus entrega Israel e os utensílios nas *mãos* de Nabucodonosor (Dn 1:2), Nabucodonosor deseja meninos que tenham *sabedoria* (Dn 1:4). Para isso, Nabucodonosor dá a *palavra* que determina uma porção diária específica (Dn 1:5), mas Daniel vai *inquirir* (Dn 1:8) Aspenaz para não se contaminar com a porção do rei. Mais tarde, o supervisor ouve a *palavra* de Daniel, ignorando a do rei, e experimenta por *dez* dias (Dn 1:14). Consecutivamente, Deus dá *sabedoria* aos meninos (Dn 1:17) e o rei reconhece que de eles são *dez ‘mãos*’ mais sábios do que os outros (Dn 1:20).

Assim, repetindo essas palavras específicas o narradorironiza o personagem Nabucodonosor de três maneiras: (1) enfatizando que os meninosque superam suas exigências são os que quebraram sua ordem; (2) enfatizando que os benefícios e sucessos de seu reinado são devido à ação divina e não sua própria; (3) ressaltando o desconhecimento do rei sobre sua própria circunstância. O leitor atento percebe a ironia e vê um rei opressor envolto numa grossa camada de desconhecimento.

Em seguida, o último verso do primeiro capítulo oferece mais uma informação sobre o reinado de Nabucodonosor que ele desconhece: O reinado dele vai acabar e Ciro, será o novo rei. Assim, o rei “conquistador” da Babilônia, na verdade não é conquistador, e não terá mais a Babilônia. Assim, o leitor atento passa a esperar o fim do reinado de Nabucodonosor desde a primeira história (FEWELL, 1991).

**O rei dos decretos burlados e poder limitado**

A narração que circunda o rei, é repleta de personagens que cumprem uma função dentro da estrutura hierárquica da Babilônia. O narrador realça a burocracia que se estende por todo o reino mencionando uma série de personagens com cargos políticos ou governamentais em cada capítulo. Acima de todos esses postos está a figura máxima do poder na Babilônia: o Rei Nabucodonosor. O poder do rei se dá sobretudo mediante às suas ordens e decretos,, seis ao todo[[5]](#footnote-5), que servem de guia para o enredo dos capítulos. O rei, no entanto, não pode evitar o descumprimento de seus decretos e todos, sem exceção, são traídos em algum grau.

Deus parece ser a figura principal por trás da quebra das ordens de Nabucodonosor. No primeiro capítulo a ordem é quebrada pelo supervisor dos jovens de judá, mas antes Daniel inquire Aspenaz, encarregado direto das ordens reais, que nada faz para impedir a ameaça à integridade do edito real (Dn 1:8-9). O narrador informa que o responsável por isso, é Deus que “concede a Daniel misericórdia e compreensão da parte do chefe dos eunucos” (Dn 1:9).

No capítulo dois, Nabucodonosor dá a primeira ordem: “chamar os magos, os encantadores, os feiticeiros e os caldeus para declararem ao rei quais lhe foram os sonhos” (Dn 2.1). Os funcionários reais se apresentam e após um longo discurso improdutivo com o rei, eles terminam mencionando o caráter de dificuldade da ordem real, algo que nunca havia sido solicitada por nenhum poderoso, sinalizam sua falha em cumprir a ordem (Dn 2:10). Com a quebra da ordem o rei, furioso, decreta outra ordem: “que matassem a todos os sábios da Babilônia” (Dn 2:12).

Arioque, o encarregado dessa, falha em levar a cabo a ordem imediata do rei e entra em diálogo com um Daniel, um dos sábios, que ele devia estar matando (FEWELL, 1991). A aparição de Daniel na narrativa figura uma prorrogação no decreto do rei (Dn 2:16) e seu eventual descumprimento já que depois disso, nenhum sábio é morto. O final do capítulo termina com a revelação e interpretação do sonho do rei, que foi dada a Daniel por Deus. Assim, o saldo do capítulo é similar ao do primeiro: Os encarregados do rei falham em cumprir lealmente à ordem real que é subvertida por Daniel. E a intervenção de Deus favorece o cumprimento do decreto do rei, mas só após o seu descumprimento.

No terceiro capítulo a ordem real é para que todos os oficiais das províncias da babilônia se juntem – “[...] os sátrapas, os prefeitos, os governadores, os juízes, os tesoureiros, os magistrados, os conselheiros [...]” (Dn 3:2) – a fim de adorar a estátua que o rei levantou. A repetição exaustiva das sete categorias pelo narrador ressoa como uma espécie de sátira à burocracia real, apresentada com pretensões globais: “povos, nações e homens de todas as línguas” (v. 4) (AVALOS, 1991). E quando a ordem real parece ser cumprida sem ressalvas pela primeira vez no livro os caldeus se introduzem ao rei para indicar que os judeus não estão obedecendo (Dn 3:-12). Mais uma vez a ordem não está sendo cumprida.

A punição prescrita ao desobediente era ser lançado na *fornalha de fogo ardente[[6]](#footnote-6)*, uma redundância cômica para uma pena tão agressiva. Os três judeus são eventualmente lançados na fornalha e a ordem real é cumprida, mas não sem uma ironia. Os judeus saem da fornalha como se não houvessem entrado pois “o fogo *não* teve poder algum sobre os corpos destes homens; *nem* foram chamuscados os cabelos da sua cabeça, *nem* os seus mantos se mudaram, *nem* cheiro de fogo passara sobre eles.” (Dn 3:27, *grifo nosso*).

Após toda a cena miraculosa presenciada por Nabucodonosor na porta da fornalha, o rei, agindo de forma previsível, faz mais um decreto onde qualquer um “que disser blasfêmia contra o Deus de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego seja despedaçado, e as suas casas sejam feitas em monturo” (Dn 3:29). Nesse momento, o leitor se questiona: como que o rei pode sentenciar alguém a morte depois reconhecer o Deus dos três judeus como aquele que salva da morte de forma miraculosa (Dn 3:29)? Assim, o terceiro capítulo termina diferente dos demais, com uma ordem no final e a expectativa para que ele seja quebrado, à exemplo dos anteriores, cresce.

O quarto capítulo começa com uma tomada simbólica de poder por Nabucodonosor, que passa a narrar a própria história, contando um novo sonho que teve. Nesse sonho um novo decreto é emitido, mas dessa vez por parte dos vigilantes e não por parte do rei (Dn 4:17). Essa quebra de repetição intensifica a tensão do enredo à medida que Daniel revela que a sentença do decreto: o rei está prestes a perder o seu poder e agir como um animal. A mudança do narrador (v. 28) é um prenúncio da perda de controle do rei sobre o seu governo. Em seguida o rei fala em seu palácio “não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com o meu grandioso poder e para glória da minha majestade?” (Dn 4:30). Com essa afirmação o decreto se cumpre, mas qual decreto?

Mais uma vez, o decreto de Nabucodonosor é burlado. Se o seu último decreto ainda vigora, a punição para as suas palavras – uma clara blasfêmia contra o deus de Sadraque, Mesaque e Abed-Nego – é a seguinte: Nabucodonosor será feito em pedaços e sua casa reduzida a pó. Mas o decreto real é fraudado pelo dos vigilantes. Mais uma vez a palavra do rei é posta em cheque para o seu próprio benefício, e dessa vez ele é livrado da morte sentenciada pelo seu próprio decreto. O rei, através do seu poder de decretar, põe em risco o próprio reino e a própria vida.

Eis a maior das ironias, o rei que se teima em não reconhecer “que o Altíssimo tem domínio sobre o *reino dos homens*; e o dá a quem quer” (Dn 4:17, *grifo nosso*) recebe a oportunidade de “governar” sobre um outro reino: o animal. O rei que em meio a arrogância do seu poder, esquece de ambos os decretos – o seu e o do vigilante – é miraculosamente incapacitado de lembrar de qualquer outra coisa. E agora inconsciente, como animal, ele perde não só o poder que tinha sobre a Babilônia, mas o poder de conduzir sua própria história.

**O rei humilhado**

Nabucodonosor é o primeiro personagem ativo da história e numa situação de guerra – o cerco de Jerusalém. No entanto o *narrador* não faz nenhuma descrição de destruição, batalhas ou derramamento de sangue. Antes, a conquista é retratada por uma ótica política, uma disputa de poderes. E junto com Jeoaquim, o Senhor entrega *os utensílios do templo* nas mãos de Nabucodonosor que os leva para um lugar específico – a casa do tesouro do seu deus:

[...] Nabucodonosor, rei da Babilônia, veio a Jerusalém e a sitiou. O Senhor entregou nas mãos dele Jeoaquim, rei de Judá, e alguns dos utensílios da Casa de Deus. Nabucodonosor **levou esses utensílios** **para a terra** deSinar, **para o templo** do seu deus, e os **pôs** **na casa do tesouro do seu deus**. (Dn. 1.1-2, NAA, grifo nosso)

O narradorretrata esse movimento com duas frases num crescendo: primeiro o rei traz os utensílios à *terra de Sinar,* e então para a *casa de seu deus*– uma aproximação geográfica ritmada – e no final uma repetição consolida o paradeiro, destacando esse trecho da curta introdução. A imagem é emblemática: os itens religiosos da nação Israelita dentro do templo do seu deus o cunham o rei e o seu deus como conquistadores honrosos ao mesmo tempo que representam uma humilhação para o Israelita e o seu deus – YHWH.

Deus se submete, e Nabucodonosor *leva* os utensílios do templo de Israel para a sua terra e para a casa do tesouro de outro deus, da Babilônia. No entanto a humilhação de Deus é consciente e voluntária, uma espécie de rendição controlada à nação babilônica onde Nabucodonosor é apenas um ator (FEWELL, 1991). A humilhação de Nabucodonosor, por outro lado, se dá em meio a sua ignorância e é “coroada” com o fato de que alguns dos meninos que ele mandou *trazer* para o teste provam ser os mais sábios de *todo o seu reino.*

Essa “conquista” territorial de Nabucodonosor no início, que inferioriza o Deus de Israel é desmascarada aos poucos a cada capítulo a medida que o rei se torna consciente da atuação divina. Por isso, a caracterização de Nabucodonosor não é de um conquistador poderoso e se assemelha mais à de um rei agraciado por Deus[[7]](#footnote-7). O clímax das dádivas divinas à Nabucodonosor acontece no capítulo quatro, quando Deus preserva sua vida frente à inconformidade com o próprio decreto real de não blasfemar contra o Deus de Sadraque, Mesaque e Abed-Nego.

Dessa forma, um paralelo entre o poder do rei e a bênção divina se forma: O rei é agraciado com poder desde no início, mas mesmo reconhecendo a atuação divina em revelar-lhe o sonho (2:47) e em preservar a vida dos seus servos fiéis (3:28) ele levanta uma imagem em desacordo com o sonho (3:1) e decreta uma ordem incoerente com o caráter salvífico de Deus (3:29). Com o decreto ele termina por se colocar em risco e para salvá-lo Deus decreta tirá-lo. Com essa solução, a bênção divina de preservar a vida de Nabucodonosor é intrínseca à sua humilhação.

A atitude divina tem caráter ambíguo, ao mesmo tempo que preserva a vida do rei subverte todos os seus valores e o rebaixa à algo menor que humano – um animal. Essa subversão humilhante é destacada por três imagens usadas para descrever a situação do rei: “[...] E foi expulso de entre os homens e *passou a comer erva* como os bois, o *seu corpo foi molhado do orvalho do céu*, até que lhe *cresceram os cabelos como as penas da águia, e as suas unhas, como as das aves*.” (Dn 4:33, *grifo nosso*).

As três descrições salientam a nova natureza animalesca do monarca. No entanto, cada uma delas também dialoga ironicamente com um tema que perpassa a narrativa. O primeiro deles é a comida, assunto apresentado na problemática do primeiro capítulo. Nele, Nabucodonosor é quem determina a porção diária de alimento do seus servos e o cardápio é descrito – suas delícias e o seu vinho (Dn 1:5). Agora, sem súditos para compartilhar o alimento, ele divide a sua comida, a *erva,* com os bois.

A dinâmica dentro/fora na narrativa é mínima, mas permite perceber outra ironia na caracterização do rei (MARGUERAT; BOURQUIN; DURRER; 1999). Em sua primeira aparição o monarca se encontra do lado de fora, sitiando Jerusalém, e em seguida com a vitória ele é descrito como estando no interior – colocando os utensílios na “[...] casa do tesouro do seu deus.” (Dn 1:2)*.* Depois disso quase todas as indicações o posicionam dentro de um espaço[[8]](#footnote-8). Se nessa primeira vez que Nabucodonosor esteve do lado de fora ele recebe, sem saber, um reino em suas mãos (Dn 1:2), no episódio do decreto divino o movimento é invertido. Dessa vez ele está do lado de dentro (Dn 3:4) e é ciente da soberania Divina. Mesmo assim ele teima em sua arrogância e se gloria sobre a “casa” que construiu (Dn 3:30), enquanto passeia “sobre o palácio real” (Dn 3:29)”. O excesso de indicações interiores de cenário contrasta com sua expulsão para o lado fora. Nabucodonosor se vangloriou sobre qual era o seu lugar, mas Deus considera que o lugar do rei deve ser outro: sob o *orvalho do céu*.

O último tema irônico é o da aparência. Em sua primeira ordem o rei requer uma extensa lista de qualidades mínimas para os jovens que o serviriam. No meio deles está a necessidade que os meninos tenham “boa aparência” (Dn 1:4). O tema é desenvolvido e Daniel e seus amigos terminam por ter uma “aparência melhor” do que os outros jovens (Dn 1:15). Na sequência, a preocupação do rei com a opinião pública o leva a juntar seus subordinados perante sua própria estátua, outra indicação sobre o interesse em aparência por parte do rei (FEWELL, 1991). No capítulo quatro a imagem se inverte, e o rei, tão preocupado com boa aparência tem sua aparência descrita, pela primeira vez no livro, de forma grotesca: *cabelos como penas de águias* e *unhas como as das aves.*

As ironias de cada uma das imagens, subvertem todos os indícios do poder, honra, e dignidade reais, agravando visualmente o rebaixamento do rei. E assim, no final do sete anos, a humilhação dá lugar à exaltação. Nabucodonosor retorna ao interior, no seu trono (Dn 4:36), mas dessa vez a consciência de sua própria situação o leva a reconhece o poder e dádivas divinas. Suas palavras finais ecoam a sobriedade de quem, só agora, percebe os movimento de sua própria história. Assim, ele louva e exalta o Deus que “pode humilhar aos que andam na soberba” (Dn 4.37).

**2 Caracterização do rei Persa: Assuero**

**O rei que não toma decisões por si mesmo**

Como é característico do narrador bíblico, as primeiras descrições sobre o indivíduo na história são importantes. No primeiro capítulo do livro de Ester, podemos observar características de Assuero e da corte persa que formam um “tom que não pode ser esquecido, condicionando o leitor a não tomar o rei, seus príncipes, ou sua lei a sério, e alertando o leitor para manter os olhos abertos para as ironias [...]” (GOLDMAN, 1990, p. 17)[[9]](#footnote-9).

É no capítulo inicial que aparece a primeira situação em que se sublinha a inadequada postura do rei nas decisões concernentes ao seu reino. Quando Vasti se recusa a obedecer a ordem do rei, de que ela fosse introduzida à presença de sua majestade, o rei convoca os sábios do reino para ajudá-lo a lidar com a situação. O primeiro e único a se manifestar, Memucã, enxerga no ato insolente de Vasti, uma possível crise nacional, onde todas as mulheres do reino “desprezarão a seu marido” (Et 1:17). Como solução, o sábio sugere que se faça um decreto para Vasti e para todas as mulheres do reino. Vasti não mais poderia entrar na presença de Assuero, e as demais mulheres deveriam dar honras a seu marido, permitindo assim, “[...] que cada homem fosse senhor em sua casa” (Et 1: 22).

Embora a visão de Mumucã e a sabedoria de tal decreto seja questionável, sem considerar outro conselho, o rei acata a sugestão de Memucã e ordena que se faça segundo a sua palavra (v. 21). Aqui identificamos uma característica padrão do governante Assuero que se repetirá outras vezes no livro: ele nunca decide nada por si mesmo e acata o primeiro conselho que ouve.

No capítulo 2, é a vez dos jovens servos do rei aconselharem o monarca em como proceder na ausência de uma rainha: “Tragam-se moças para o rei, virgens, de boa aparência e formosura” (Et 2:2). Como sugestão final, aquela que mais agradasse ao rei, que fosse feita rainha no lugar de Vasti (v. 4). Como de costume, o rei concorda com o conselho e ordena que se faça conforme lhe fora orientado (Et 2:4). Greenstein observa de maneira precisa características irônicas nesta cena. Pois, além deste “rei estúpido” sempre precisar buscar algum conselho, ele ouve não só com “conselheiros profissionais”, mas também ouve jovens servos ordinários (GREENSTEIN, 1987, p. 230)[[10]](#footnote-10).

Michael Fox aponta que Assuero “nunca diz não” em nenhum dos pedidos que lhe são feitos. É precisamente esta característica que irá permitir que a trama de Hamã contra os judeus seja assinalada por consentimento real (Et. 3:12) e depois, sobreposta por outro edito real, partindo de Mordecai e Ester, para que estes se defendam (Et 8:9) (FOX, 2001, p. 173). Muito embora sejam dois pedidos com interesses completamente opostos, o rei aprova ambos e concede para cada um o fazer “como bem vos parece” (Et: 8:8; 3:12). Nas palavras de Jack Sasson (1997, p. 367) em Ester, “monarcas apáticos, de compreensão turvada, estão ali para serem usados por todos” (cf. GREENSTEIN, 1987, p.230-231).

Assim, como Linda Day (1998, p. 112) reconhece, a história cria um rei que “não pode tomar suas próprias decisões. Embora Assuero possa ter o título de autoridade, nós começamos a perceber que ele permite que outros tenham o poder real de decidir o que deveria ser feito na Pérsia”[[11]](#footnote-11). Assuero é um rei passivo facilmente conduzindo por seus conselheiros.

**O Rei com percepção equivocada**

Além da passividade no que diz respeito ao seu modo de governar, Assuero também parece ser caracterizado com um grave problema de percepção. Para Michael Fox, o rei age sem saber ao certo onde ele está se metendo e nem se preocupa em examinar melhor as situações em que está inserido (FOX, 2001, p. 174). O caráter irônico é destacado na narrativa a partir da análise da expressão “se parecer bem ao rei” e a cena do segundo banquete de Ester.

A expressão “se parecer bem ao rei” (אִם־עַל־הַמֶּ֣לֶךְ טֹ֔וב) aparece 6 vezes em todo o livro (1:9; 3:9; 5:8; 7:3; 8:5; 9:13), sendo todas utilizadas em forma de petição ao rei. E, como já mencionado, todos os pedidos feitos a Assuero recebem sua aprovação. Contudo, se destaca a desorientação do rei com relação ao que é “bom” (טוֹב). Para o monarca tudo parece “bom”, seja a morte dos judeus (3:11) em favor de Hamã, ou, mais a frente, a morte de Hamã em favor dos judeus (7:9). Ele não demonstra nenhum indício de que é errado extirpar um povo, nem demonstra qualquer reconhecimento mesmo quando miríades de Persas morrem na revanche dos judeus (FOX, 2001, p. 175). No entanto, fica indignado quando sente que a rainha está ameaçada (Et 7).

Na cena do segundo banquete, Assuero recebe a revelação da identidade de Ester e a exposição da vilania do plano contra seu povo e faz uma pergunta intrigante: “Quem é esse e onde está esse cujo coração o instigou a fazer assim?” (Et 7:5). O leitor atento considera que o acusado, nesse caso, poderia ser o rei, bem como Hamã. Contudo, os eventos de apenas quinze dias antes estão tão nebulosos em sua memória que Assuero mal consegue lembrar que a trama da qual ele agora se revolta foi realizada por Hamã, com o seu consentimento (SASSON, 1997, p. 361).

Diante da revelação o rei se enfurece e sai pelo jardim do palácio deixando Hamã clamando por sua vida perante Ester, em seu divã. Quando o rei retorna Hamã está caído (נֹפֵ֔ל – “tinha caído”)[[12]](#footnote-12) sobre o divã, e o rei interpreta erroneamente a situação inferindo que Hamã estava tentando seduzir Ester. Goldman (1990, p. 19) sugere que ironia de percepção aqui é notável, “Hamã é imediatamente condenado à morte, não, ironicamente, por tentar matar os judeus, mas por um crime que ele não cometeu – tentativa de estupro”[[13]](#footnote-13). Nesse sentido, “[...] o leitor compreende como o mal-entendido ocorre e desfruta a comédia disso [...]” (BERLIN, 1983, p. 54).

**O rei obcecado por autoridade**

Outro ponto importante na caracterização de Assuero é descrito através da relação do monarca com o *poder* e a *honra*. Na cena de abertura do livro já nos deparamos com um rei obcecado por honra (יְקָ֔ר) e pela sua preocupação em demonstrar seu poder, riqueza e glória, a todo o império: “Então, mostrou as riquezas da glória do seu reino e o *esplendor* (יְקָ֔ר) da sua excelente grandeza, por muitos dias, por cento e oitenta dias” (Et 1:4, *grifo nosso*).

É nesse contexto de demonstração de honra a todo império que Vasti se recusa a obedecer a ordem do rei. De acordo com Fox (2001, p. 172) a ofensa é muito profunda, pois “a corte Persa concebe honra não apenas como ostentação de riqueza, mas também como a habilidade de compelir à obediência”. Isto fica mais claro na relação com a próxima ocorrência da palavra no capítulo um, onde Memucã equipara a obediência da esposa com demonstrar honra: “[...] todas as mulheres darão *honra* (יְקָ֔ר) a seu marido [...]” (Et 1:20, *grifo nosso*).

A promulgação do decreto (v. 20) demonstra que não é suficiente para Assuero ter o controle sobre o corpo de Vasti, ele quer também ser o senhor sobre as vontades da rainha (FOX, 2001, p. 172). Conhecendo essa obsessão do rei por controle, Hamã usa a estratégia mais promissora para obter a aprovação de seu plano contra os judeus. É com o argumento de que um determinado povo “não cumpre as leis do rei” (Et 3:8) que Hamã apela ao sugerir o genocídio. A resposta não ponderada do rei revela o apreço que ele possui pelo controle absoluto de seu reino.

Contudo, embora esta imagem de autoridade seja criada, o leitor atento não deixou de perceber a ironia presente nesta apresentação ‘autoritária’ de Assuero. Como Karen H. Jobes bem analisa:

Ironicamente, aceitando o conselho de Memucã, o rei acaba publicando sua situação embaraçosa ao ordenar por todo o império o que ele mesmo não poderia cumprir em seu próprio palácio, que todo homem “fosse senhor em sua própria casa” (v.22). [...] A insensatez do conselho de Memucã, dá à mesma, na medida em que a cena se desenrola, um nível de ironia e, até mesmo, humor” (JOBES, 1999, p. 80).

Além do mais, a punição que Vasti recebe, Sharp argumenta, é “um mandato para ela fazer, precisamente, o que ela já tinha escolhido fazer”, isto é, não entrar na presença do rei (SHARP, 2008, p. 73)[[14]](#footnote-14). E, ao reparar mais a frente no enredo, a atitude do rei ao remover Vasti do trono não soluciona o problema, pois Ester irá desobedecê-lo duas vezes e ainda é recompensada por isto (cf. Et 5: 1-2; 8: 3-4). Assim, Goldman pontua, “o rei se livra de uma esposa desobediente apenas para conseguir uma nova, ainda mais dominadora”[[15]](#footnote-15).

Discutindo sobre a retrato do rei, Grossman sugere que as ironias, tão bem construídas em sua apresentação, servem para sublinhar o status anti-heróico, de impotência e indecisão de Assuero. Seu poder e autoridade são ilusórios, assim como todo seu mecanismo de manutenção. Nas palavras do autor, “ele pode exercer autoridade – como simbolizado por seu anel de sinete duas vezes delegado -, mas ele permanece impotente” (GROSSMAN, 2011, p. 240)[[16]](#footnote-16).

**Conclusão**

Conclui-se que a utilização do recurso literário da ironia nas narrativas dos reis opressores se apresenta sobretudo na diferença do nível de conhecimento do leitor, privilegiado pelo narrador, em relação aos personagens. A recorrência dessa ironia destaca de impotência de ambos os monarcas em dominar o próprio reino. No caso de Nabucodonosor a impotência é relacionada à da verdadeira soberania divina, que intervêm no curso dos eventos. Na narrativa de Assuero, onde ações divinas não aparecem, sua impotência é apresentada como produto da sua forma irresponsável de governar.

Se tratando de monarcas de grandes impérios, em ambos personagens o tema de poder é central. A presença de vários decretos, ordens para chamar os súditos e o cenário recorrente da corte real compõe os elementos de ambas narrativas. Contudo essa descrição aparente de poderio imperial é articulada em situações que expõem, não o domínio, mas a fragilidade do controle monárquico. Essa fragilidade se encontra na incapacidade que ambos reis possuem de que suas ordens sejam integralmente cumpridas.

Por último, sugerimos que a ironia é utilizada a fim de satirizar a corte estrangeira. Ela retrata uma corte iludida com o seu próprio poder pois desconhece sua falta de controle absoluto. Essa caracterização cria imagens cômicas da incapacidade de controle dos reis sobre o seu reino, e levanta suspeitas sobre a supremacia do poder opressor. Assim, a corte que outrora era fonte de ameaça militar e cultural (SHARP, 2009), passa a ser motivo de riso. Esse movimento é uma forma de resistência à opressão uma vez que, nas palavras de Freud, “ao tornar nosso inimigo menor, inferior, vil, ou cômico, nós alcançamos, de uma maneira indireta, o prazer de vencê-lo” (FREUD, 1960, p. 103)[[17]](#footnote-17).

**Referências**

ALTER, Robert. *A Arte da Narrativa Bíblica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AVALOS, Hector. The Comedic Function of the Enumerations of Officials and Instruments in Daniel 3. In: *Catholic Biblical Quarterly*, vol. 53, n. 4, 1991.

BAR-EFRAT, Shimon. *Narrative Art in the Bible*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1989.

BERLIN, Adele. *Poetics and Interpretation of Biblical Narrative*. Sheffield: Almond Press, 1983.

FREUD, Sigmund. *Jokes and Their Relation to the Unconscious*. New York: W.W. Norton, 1960.

DAY, Linda. Power, Otherness, and Gender in the Biblical Short Stories, *Horizons in Biblical Theology*, n. 20 (Dec. 1998), pp. 109-127.

FEWELL, Danna Nolan. *Circle of Sovereignty*: Plotting Politics in the Book of Daniel. Nashville: Abigton Press, 2ª Ed, 1991.

GOLDMAN, Stan. Narrative And Ethical Ironies in Esther. *Journal for the Study of the Old Testament*, n. 47, 1990, pp. 15-31.

GREENSTEIN, Edward L. A Jewish Reading of Esther. In: Neusner, J; Levine, B; Frerichs, E. *Judaic Perspective on Ancient Israel*. Philadelphia: Fortress Press, 1987, pp. 225-243.

GROSSMAN, Jonathan. *Esther: The Outer Narrative and the Hidden Reading*, Pennsylvania State University Press, 2011.

HUMPHREYS, W. Lee. *A Life-Style for Diaspora*: A Study of the Tales of Esther and Daniel.Journal of Biblical Literature. vol. 92, no. 2 (Jun. 1973), pp. 211-223.

JOBES, Karen H. *The NIV Application Commentary*: from biblical text... to contemporary life Esther. 1. ed. Michigan - EUA: Zondervan, 1999.

LIMA, Anderson. A Bíblia como literatura – A Bíblia como ficção. In: *Estudos de Religião*, v. 29, n. 1, 2015. p. 153-168.

MARGUERAT D.; BOURQUIN Yves.; DURRER M. *How to Read Bible Stories*: An Introduction to Narrative Criticism. Albans Place, London: SCM Press, 1999.

MILLS, Mary E. *Household and Table*: Diasporic Boundaries in Daniel and Esther. The Catholic Biblical Quarterly*.* Vol. 68, No. 3 (July 2006), pp. 408-420.

SASSON, Jack M. Ester. In: ALTER, Robert; KERMONDE, Frank (Ed.). *Guia literário da Bíblia*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp. 1997, p. 359-367.

SHARP, Carolyn, H. *Irony and Meaning in the Hebrew Bible*. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

STERNBERG, Meir. *The Poetics of Biblical Narrative*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

1. Especialista em Interpretação Bíblica pelo UNASP-EC (Centro Universitário Adventista de São Paulo Campus Engenheiro Coelho). E-mail: kennyebinger@hotmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Pós-graduando em Interpretação Bíblica pelo UNASP-EC (Centro Universitário Adventista de São Paulo Campus Engenheiro Coelho). E-mail: luciano.geraldo96@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Exceto quando indicado, todas as citações de são extraídas da Almeida Revista e Atualizada (ARA) [↑](#footnote-ref-3)
4. Tradução nossa [↑](#footnote-ref-4)
5. (Dn 1:3-5; 2:1-2; 2:12-14; 3:2; 3:4-6; 3:29) [↑](#footnote-ref-5)
6. (Dn 3:6;11;15;17) [↑](#footnote-ref-6)
7. Nabucodonosor é agraciado: com uma conquista territorial (Dn 1:2); com uma legião de nobres Israelitas que passam a servir no palácio (Dn 1:3); com a sabedoria que Deus dá aos jovens israelitas que beneficia o rei (Dn 1:20); com estes servos agora dez vezes mais sábios do que os seus próprios (Dn 1:20-21); com a preservação de uma parte dos seus súditos através da revelação do mistério por parte de Daniel (Dn 2:24) com um sonho divino em resposta ao seu desejo de saber “o que há de ser nos últimos dias” (Dn 2:28); com mais um sonho em forma de alerta, a fim de prevenir um veredito ultrajante (Dn 4:20-27); com o seu restabelecimento espontâneo ao trono por parte dos nobres sem o descontos pelo período de instabilidade e insanidade do monarca (Dn 4:28). [↑](#footnote-ref-7)
8. Como indicado pelo termo “presença de Nabucodonosor” (Dn 1:18; 2:2; 2:10; 3:13); ou através do movimento de outros personagens: Daniel *entra* (2:16) para falar com o rei, fica às portas do seu palácio (Dn 2:49), e os caldeus *se achegam* ao rei (3:8). [↑](#footnote-ref-8)
9. Thus the first chapter sets a ’tone that cannot be forgotten, conditioning the reader not to take the king, his princes, or his law at their face value, and alerting the reader to keep his eyes open for ironies that will doubtless be implicit in the story that is yet to unfold’. [↑](#footnote-ref-9)
10. “For instance, there is the stupid king who must always seek advice from his ordinary servants (2:4) as well as from his professional counselors. The first move this king makes on his own, following the story’s opening feast, is to love Esther (2:17). Such a plot line was surely to please the Jewish audience. [↑](#footnote-ref-10)
11. The king cannot make his own decisions. Though Ahasuerus may have the title of authority, we begin to perceive that he allows others to have the actual power to decide what should be done in Persia. [↑](#footnote-ref-11)
12. Mesmo verbo anunciado por sua esposa Zeresh “cair” (Et 6:13). [↑](#footnote-ref-12)
13. Haman is immediately condemned to death, not, ironically, for trying to kill the Jews but for a crime he did not commit-attempted rape. [↑](#footnote-ref-13)
14. Her refusal to come before the king is “punished” by a mandate that she do precisely what she has already chosen to do. [↑](#footnote-ref-14)
15. Ironically, Ahasuerus will get a new queen, Esther, who will be disobedient twice but rewarded for it (5.1-2; 8.3-4). The king gets rid of one disobedient wife only to get a new, even more

    dominating, one. [↑](#footnote-ref-15)
16. He may wield authority— as symbolized by his twice delegated signet ring— but he remains powerless”. [↑](#footnote-ref-16)
17. “[...] by making our enemy small, inferior, despicable, or comic, we achieve in a roundabout way the enjoyment of overcoming him.” [↑](#footnote-ref-17)